



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

PORTARIA Nº 14/2020

Designa os empregados Dinismary de Oliveira Cardoso, matrícula nº 0341, e Marcos Magalhães de Farias, matrícula nº 0433, como fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 001/2019, firmado entre o Confea e a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto - AEAA-MA, Processo SEI nº 05031/2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006,

Considerando o disposto no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, instituindo as normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências:

*“Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para **assisti-lo e subsidiá-lo** de informações pertinentes a essa atribuição.*

*§ 1º O representante da Administração **anotará em registro próprio** todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.*

*§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a **seus superiores em tempo hábil** para a adoção das medidas convenientes”.
(grifos nossos)*

Considerando o art. 69 da Portaria AD nº 0364, de 28 de agosto de 2015, que trata da estrutura organizacional do Confea, e define que o Setor de Aquisições e Contratos – SETAC, acompanhará e orientará a fiscalização dos contratos do Confea, conforme legislação vigente;

Considerando o inciso X, do art. 70, da Portaria AD nº 0364, de 2015, que estabelece:

“Art. 70. O Setor de Aquisições e Contratos possui as seguintes atribuições:

(...)

X – orientar os gestores quanto à execução, acompanhamento/fiscalização e prazos contratuais; e”

Considerando o inciso VII, do art. 71 da Portaria AD nº 0364, de 2015 do Confea, que estabelece:

“Art. 71. São atribuições comuns às unidades organizacionais do Confea:

(...)

VII – Fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Confea referente à sua área de atuação, com o apoio do Setor de Aquisições e Contratos – SETAC”.

Considerando o Contrato nº 001/2020, firmado entre o Confea e a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto - AEAA-MA, no valor global de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, para realização do 1º Seminário Regional de Engenharia - AEAA-MA, no período de 3 a 5 de fevereiro de 2020, em Monte Alto - SP , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Processo SEI nº 05031/2019, e de acordo com a Decisão PL nº 1695/2018,

Considerando a indicação dos empregados Dinismary de Oliveira Cardoso e Marcos Magalhães de Farias para desempenhar as funções de fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 001/2020 até o encerramento das obrigações contratuais por ele geradas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a empregada Dinismary de Oliveira Cardoso, matrícula nº 0341, para desempenhar a função de fiscal do Contrato nº 001/2020 até o encerramento das obrigações contratuais por ele geradas.

Art. 2º Designar o empregado Marcos Magalhães de Farias, matrícula nº 0433, para desempenhar a função de suplente de fiscal do Contrato nº 001/2020, devendo assumir as funções de fiscal, durante a ausência do titular.

Art. 3º Determinar que o fiscal, após o encerramento das obrigações contratuais, encaminhe o Processo SEI nº 05031/2019 ao SETAC, acompanhado de relatório final sobre a execução do contrato, para atualização da base de dados dos contratos vigentes com este Confea.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Dê-se ciência e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **João de Carvalho Leite Neto, Chefe da Subprocuradoria Consultiva**, em 17/01/2020, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joel Krüger, Presidente**, em 17/01/2020, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0292990** e o código CRC **E768679E**.